

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1098 DE 14 DE AGOSTO DE 2013.**

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO, NO PODER LEGISLATIVO, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 110 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Legislativo Municipal, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, segundo as condições previstas nesta Lei:

**Art. 2º** - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, quando da ocorrência de fato novo ou força maior, que requer:

I - admissão de pessoal técnico especializado de função específica.

II - admissão de pessoal para outros serviços essenciais à administração do Legislativo Municipal.

**Parágrafo único** - O prazo para a permanência do contratado neste regime temporário será de 03 (três) meses, podendo ser renovado por igual período, uma única vez.

**Art. 3º** - As contratações somente poderão ocorrer com observância de dotação orçamentária específica, ficando adstritas ao limite de gasto com pessoal previsto em lei federal.

**Art. 4º** - A remuneração do pessoal contratado será fixada tomando-se por base os vencimentos atribuídos aos cargos assemelhados existentes na estrutura organizacional da administração municipal.

**Parágrafo Único** - Para os efeitos deste artigo não se considerarão as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes dos cargos tomados como paradigma.

**Art. 5º** - O regime jurídico aplicável aos contratados nos termos desta Lei é o de direito administrativo, estando abrangidos pelas normas previstas no Estatuto dos Servidores do Município no que for cabível, ficando vedada a concessão de qualquer vantagem pecuniária que tenha por pressuposto a permanência no serviço público.

**Art. 6º** - Para a formalização das contratações será lavrado termo contratual específico, assinado pelo profissional e pela autoridade competente.

**Art. 7º** - O contrato a ser firmado com base nesta Lei extinguir-se-á sem direito a qualquer indenização:

I - ao término do prazo contratual;

II - caso o contratado venha a assumir algum cargo da estrutura administrativa, em decorrência de aprovação em concurso público ou nomeação para exercício de função comissionada;

III - existindo conveniência administrativa, devidamente comprovada;

IV - se houver interesse do contratado, caso em que deverá comunicar seu intento formalmente com antecedência mínima de trinta dias.

**Art. 8º** - O pessoal contratado com amparo na presente Lei ficará abrangido pelo regime previdenciário da Previdência Social Urbana gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

**Art. 9º** - Os contratos terão vigência de três (03) meses, com a prorrogação por igual período.

**Art. 10** - Ficam convalidados as contratações por prazo determinado, dos cargos de Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais, pela Câmara Municipal de Monte Carmelo, anterior à vigência desta Lei, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal.,

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12** - Revogam-se as disposições em contrário

Monte Carmelo, 14 de Agosto de 2013.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1099 DE 14 DE AGOSTO DE 2013.**

*“Dispõe sobre a autorização do Município em celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – Financiamento no valor de até R\$9.000.000,00 (Nove milhões de reais) destinado a Processos de Habilitação de operações de crédito com clientes do setor público para obras em edificações municipais com utilização dos recursos do programa BDMG Cidades – Processo de habilitação de operações de crédito com clientes do setor público para aquisição de máquinas e equipamentos novos com utilização dos recursos do programa BDMG Maq – Processo de habilitação de operações de crédito com clientes do setor público para execução de ações de infraestrutura com utilização dos recursos do programa BDMG Urbaniza”.*

O povo do Município de Monte Carmelo – MG, por seus representantes, APROVA e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Executivo do Município de Monte Carmelo - MG autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito até o montante de R\$ 9.000.000,00 (Nove Milhões) destinadas ao financiamento de projetos de - Processos de Habilitação de operações de crédito com clientes do setor público para obras em edificações municipais com utilização dos recursos do programa BDMG Cidades – Processo de habilitação de operações de crédito com clientes do setor público para aquisição de máquinas e equipamentos novos com utilização dos recursos do programa BDMG Maq – Processo de habilitação de operações de crédito com clientes do setor público para execução de ações de infraestrutura com utilização dos recursos do programa BDMG Urbaniza - observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

**Art. 2º** - Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal e o pagamento dos acessórios da dívida.

**Parágrafo Único** - As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vier a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

**Art. 3º** - O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG como seu mandatário, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no *caput* do artigo segundo, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o artigo primeiro.

**Parágrafo Único** - Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplimento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

**Art. 4º** - Fica o Município autorizado a:

a) participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.

b) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas dos Programas BDMG CIDADES, MAQ E URBANIZA, referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.

c) abrir conta bancária vinculada ao contrato de financiamento, no Banco, destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do referido contrato.

d) aceitar o foro da cidade de Belo Horizonte ou outro que versar no contrato, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

**Art. 5º** - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

**Art. 6º** - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

## CAPÍTULO I FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL.

**Art. 7º.** Fica autorizada a contratação do Município de Monte Carmelo – MG com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – até o valor de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais), conforme Edital BDMG Cidades – 2013.

§1º. O valor financiado será utilizado por uma ou todas as seguintes formas:

I - Construção, ampliação e ou reforma de centros administrativos ou outras obras civis municipais desde que comprovada a redução de despesas correntes proporcionada pelo investimento.

II - Obras em imóveis de uso público: intervenções integradas em equipamentos e edificações públicas que proporcionarão aumento de receita proveniente do incremento do turismo local.

III - Eficiência energética: reformas e adequações que visem à melhoria dos prédios públicos em eficiência energética e de uso de água.

§ 2º Das condições do financiamento:

I. Prazo: Até 60 meses, incluídos até 12 meses de carência.

II. Atualização Monetária: IPCA

III. Juros: 8% ao ano.

IV. Forma de pagamento: os juros serão pagos mensalmente durante a carência e exigidos juntamente com o principal atualizado durante o período de amortização.

V. Garantias: caução de receitas de transferências constitucionais.

VI. Será cobrada tarifa de análise de crédito de 0,5% do valor financiado.

## CAPÍTULO II FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NOVOS.

**Art. 8º.** Fica autorizada a contratação do Município com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – até o valor de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais), conforme Edital BDMG Maq – 2013.

§1º. O valor financiado será utilizado para fins de aquisição de máquinas e equipamentos novos.

§2º. Das condições do financiamento:

I. Prazo: Até 54 meses, incluídos até 6 meses de carência.

II. Atualização Monetária: IPCA

III. Juros: 8% ao ano.

IV. Forma de pagamento: os juros serão pagos mensalmente durante a carência e exigidos juntamente com o principal atualizado durante o período de amortização.

V. Garantias: caução de receitas de transferências constitucionais.

VI. Será cobrada tarifa de análise de crédito de 0,5% do valor financiado.

## CAPÍTULO III FINANCIAMENTO PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA.

**Art. 9º.** Fica autorizada a contratação do Município com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – até o valor de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais), conforme Edital BDMG Urbaniza – 2013.

§ 1º O valor financiado será usado para fins de Mobilidade Urbana podendo ser utilizado por uma ou todas das seguintes formas:

I - ações de implantação, ampliação, modernização e/ou adequação das vias de transporte público coletivo urbano, consistindo de obras civis, vias exclusivas, faixas exclusivas, inclusive sinalização e abrigos nos pontos de parada de transporte público coletivo urbano e passageiros;

II - ações voltadas à mobilidade urbana e à acessibilidade, consistindo de implantação, calçamento ou pavimentação de vias estruturantes e locais já atendidas com serviços de água e esgoto, ou cujos serviços estejam contemplados na proposta, que beneficiem diretamente a circulação e a mobilidade urbana, incluindo ciclovias e circulação de pedestres;

III - Drenagem urbana consistindo de ações para minimizar os efeitos de enchentes e inundações nas áreas urbanas e para melhorar o manejo de águas pluviais, sendo financiáveis os seguintes itens;

execução de obras e serviços de drenagem;

execução de outros itens complementares necessários ao desempenho

adequado do empreendimento, incluindo, entre outros, contenção de encostas instáveis, recuperação de áreas úmidas (várzeas), outras ações de preservação ambiental;

§2º. Das condições do financiamento

I. Prazo: Até 72 meses, incluídos até 12 meses de carência.

II. Atualização Monetária: IPCA

III. Juros: 8% ao ano.

IV. Forma de pagamento: os juros serão pagos mensalmente durante a carência e exigidos juntamente com o principal atualizado durante o período de amortização.

V. Garantias: caução de receitas de transferências constitucionais.

VI. Será cobrada tarifa de análise de crédito de 0,5% do valor financiado.

**Art. 10º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 14 de Agosto de 2013.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1100 DE 21 DE AGOSTO DE 2013.**

*"Concede benefícios fiscais do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), relativos às operações de e-commerce da Empresa Eletrosom S/A, em Monte Carmelo - MG, por tempo determinado e dá outras providências".*

O Povo do Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam isentos em 50% (cinquenta por cento) o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a Empresa Eletrosom S/A, incidente sobre as operações do e-commerce relacionados nos subitens 10.10; 11.04 e 16.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 01, de 17 de Dezembro de 2003.

**Art. 2º.** A alíquota de ISS incidente sobre as operações de frete quem envolvam carregamentos de produtos que tenham por objeto a distribuição de produtos comercializados via e-commerce conforme artigo primeiro, relacionado na Lei Complementar nº 01, de 17 de Dezembro de 2003, fica reduzida para 1,5%.

**Art. 3º** - Os incentivos previstos nos art. 1º e 2º desta lei vigorarão pelo período de até 10 (dez) anos, contados:

I - Do início das operações da central de Distribuição do e-commerce da Eletrosom S/A no município de Monte Carmelo - MG; no caso de redução de que trata o art. 1º; e,

II - Do início das operações comerciais, no caso de redução de alíquota de que trata o art. 2º.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Monte Carmelo, 21 de Agosto de 2013.

Fausto Reis Nogueira  
**Prefeito Municipal**

Osmildo Moura  
**Secretário Municipal de Governo e Gestão**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1101 DE 21 DE AGOSTO DE 2013.**

*"Concede subvenção à associação da Banda Municipal de Monte Carmelo e dá outras providências".*

O povo do Município de Monte Carmelo, por seus representantes legais APROVOU e o Prefeito Municipal SANCIONA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a subvenção à Associação da Banda Municipal de monte Carmelo, no valor de R\$

Pág. 2

Pág. 3